

Exames vestibulares (*)

A. Almeida Júnior

“Atravessamos período conturbado, de natural agitação, em consequência da guerra mundial, e, sem dúvida, ainda agravado em nossa terra por longos anos de regime político discricionário.”

... ..

“A nós, responsáveis pela educação nacional, não nos cabe apenas, em face de tal situação, lamentar os fatos ou nos conformarmos com êles, mas, ao contrário, procurar compreender as causas que os determinam e reagir no sentido da correção que se faça necessária”. (*Do apêlo que o Ministro da Educação, sr. Clemente Mariani, endereçou às escolas superiores, em fevereiro de 1949.*)

I

Estão em fase final os exames vestibulares das escolas superiores. Já se recomeça a clamar (como de uso) que o nível cultural da juventude brasileira continua a decair, e é bem provável que venham logo a público amostras dos disparates registrados pelos examinadores. Não está em meu propósito analisar os fundamentos daquele clamor, nem deleitar-me com exhibir novos espécimes da teratologia escolar. Atendo simplesmente ao apêlo do Ministro da Educação. Penso, como êle, que não basta lamentar os males: o

(*) Artigos publicados em março de 1949, no “Estado de São Paulo”.

que mais importa é “compreender as causas que os determinam e reagir no sentido da correção.”

O exame vestibular representa instituição imprescindível em nosso sistema educacional (1). Sua influência se exerce em duas direções, — retrógrada e anterógrada. Atua, de fato, para trás, sôbre o ensino secundário, cuja eficiência êle mede e cujos resultados sanciona. Para a frente, em relação à escola superior, separa o joio do trigo, alija logo de início as inteligências deficientes e os refratários ao esforço mental, clientes indesejáveis numa universidade. Tais resultados, não precisamos dizê-lo, dependem da qualidade da máquina e do modo por quê a façam funcionar os maquinistas. Se houver desonestidade ou displicência (aliás em educação essas duas atitudes se confundem), o melhor é suprimir as provas vestibulares, é suprimir tôdas a provas. Por outro lado, uma rêde bem organizada à entrada das escolas superiores do país, sem rupturas, sem indulgências sentimentais, demagógicas ou comerciais, será poderoso estímulo à ação docente dos ginásios e colégios e constituirá, do mesmo passo, instrumento de defesa e elevação do sistema universitário. Sou um veterano dos exames vestibulares. Nem por isso me arrogo o papel de paradigma. Ainda que alguém possa fazê-lo, é preciso reconhecer que a ação isolada de um ou dois professôres será de pouco valor. O que importa é o trabalho conjunto da escola. Um só auxiliar mal intencionado ou desidioso pode pôr tudo a perder.

À guisa de informação, e talvez também de sugestão, vou relatar como as coisas se passaram em 1949, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Procurarei resumir, embora desça às vezes a minudências aparentemente desprezíveis. Haverá, nesta matéria, precauções desprezíveis? Por falta de um cravo perdeu-se uma batalha! O Conselho Técnico organizou os exames; o diretor os superintendeu; nós, os professôres, os executamos. Eram 401

-- -----
(1) O exame vestibular é “uma ideia boa” da reforma Rivadavia, — declarou o Ministro Carlos Maximiliano.

candidatos. Foram quatro as bancas: a de português, a de latim, a de francês e a de inglês. Não preciso contar os fastos e gestas de cada uma, pois funcionaram tôdas da mesma forma. Bastarão, como amostra, as intimidades da banca de francês.

Os examinadores de francês foram os mesmos do ano passado — o prof. Theotônio Monteiro de Barros e eu. Tivemos, entretanto, presidente novo, o prof. Braz Arruda. A prova escrita, segundo as “Instruções”, deve constar de tradução (sem dicionário) de vinte a vinte e cinco linhas de escritor moderno. Cada membro da banca trouxe um livro, na manhã da prova. Sorteamos: saiu premiado Pierre Loti. Escolheu-se, em página aberta ao acaso, um trecho de vinte e quatro linhas. Inspecionado préviamente (não houvesse alguma inconveniência, nem dificuldades excepcionais!), mandamos que o mimeografassem. Tudo ali mesmo, na sala dos professores, fechada e incomunicável.

Quinze minutos depois, combinadas as diretrizes do ato, saímos para a nossa grave missão. Um fiscal por sala: sim, porque, para tomar conta de prova escrita, “um é bom, dois é demais”... Em face dos alunos, dissemos as recomendações de praxe contra a fraude. E mais a de colocarem sôbre suas mesinhas individuais as carteiras de identidade. Tempo para a prova, uma hora exata. “— É proibido fumar?” pergunta um candidato. Há dez anos atrás eu costumava responder: “— Faça o sacrificio de abster-se do vício por uma hora!” Um dia um amigo me confessou que sem o cigarro não conseguia alinhar duas frases. Talvez esteja aí (pensei eu) o segrêdo dos maus exames. Que não seja essa a dúvida...

Enquanto os candidatos escrevem, vai o professor inspecionando, uma a uma, as carteiras de identidade. Que esplêndida amostra do cosmopolitismo paulista! Filhos de tôdas as raças; netos de tôdas as nações; representação de quase todos os estados brasileiros. Que imensa tarefa, a da escola, com êsse material humano tão heterogêneo! Mas por enquanto o que importa é confrontar as fisionomias com os

retratos, as assinaturas do papel de exame com as da caderneta. Exigência demasiada? Há cêrca de seis anos, um candidato a certa escola superior, não se achando com fôrças para arrostar um dos exames escritos, mandou um amigo em seu lugar. Mais recentemente, em oral do vestibular de outra escola, houve tentativa, felizmente frustrada, de substituição de candidato.

E a prova prossegue. Silêncio absoluto. Nenhum comércio com o exterior; o professor não arreda pé. Certa vez (ainda no velho prédio, durante exame escrito do curso), um empregado veio dizer-me que de minha casa me chamavam com urgência ao telefone. Precipitei-me para atender; mas à porta mudei de idéia: “— Diga que telefonarei daqui a meia hora.” O fato é que de casa ninguém me chamara... E continuo vigilante como uma sentinela. Ridículo, talvez? Em cidade do Kentucky, Estados Unidos (isto é, num país onde, ao que se diz, não se “cola”), dizia-me em 1946 um decano de Universidade: “— Onde há estudantes em exame há o perigo da fraude.” A “cola” é, no Brasil, um dos fatôres do abastardamento da cultura e do caráter. Displícência nesta matéria equivale a conivência. Não, não é ridículo.

Alguns dos candidatos, confrontando suas fôrças com as dificuldades do texto, dão-se desde logo por vencidos, abandonam o campo da luta. Outros chegam à mesma conclusão, mas esperam: nos quinze ou vinte minutos que faltam, quanta coisa pode acontecer! Nisto começam, do lado do pátio, os primeiros rumores do trote, — gritos, assobios, vaias. São os veteranos, que defendem briosamente as tradições da Academia. E eu julgo perceber que à angústia provocada pelo texto de Loti se reune, agora, a da expectativa dos ordálios estudantis. Será mesmo, meus caros veteranos, será mesmo muito importante para o bom nome da nossa Faculdade, que se martirize assim, em momento tão impróprio, o problemático calouro?

Esgotados os sessenta minutos, as provas são recolhidas pelo professor e, a seguir, reunidas pela banca, que, desde

então até o momento de apurar as notas, não as abandona. A tarefa da primeira leitura e do assinalamento de erros cabe, êste ano, ao prof. Monteiro de Barros, pois foi minha em 1948. O meu colega aceita com resignação filosófica êsse veredicto do nosso presidente. Quatro dias depois (entre êles havia um domingo), as provas me vêm às mãos, lidas, frisadas de vermelho, anotadas, julgadas. E bem julgadas. Um “record” de diligência e de cuidado. Examino por minha vez; confronto; classifico; levanto estatísticas; faço gráficos. Uma mania como outra qualquer. E passo as provas ao presidente, para que por seu turno as veja e depois as encerre em envelope lacrado, à espera da apuração.

Enquanto isso vão andando as provas orais. Repousam sôbre a mesa livros modernos para a leitura e tradução: Anatole, Daudet, Bourget, Maurois, Renan, Roger Breuil. Estamos presos ao mercado local, visto que necessitamos pelo menos de três exemplares de cada obra. Marcam-se ao candidato umas quinze linhas, sorteadas pelo acaso da abertura do livro, dando-se-lhe cêrca de dez minutos para “pensar”, isolado, a um canto da sala. Alguns não “pensam”: seja o que Deus quiser! Outros cravam no texto olhares angustiados. Ponho-me a acompanhar de longe o esforço visível de um que, trabalhando com a cabeça, os olhos, os lábios, as mãos, procura penetrar um trecho muito simples de Daudet. Lembro-me de Champollion decifrando hieroglifos! Mas êste não decifrou...

A banca examinadora é amável. Nenhum de nós faz “faccia feroce”, nem assusta, nem atropela, nem ridiculariza, nem perde a paciência. Por que aumentar a aflicção ao aflito? Como desatender a êsse preceito fundamental da ética escolar, que é o do respeito à dignidade do aluno? Nem tampouco exigimos rigores na tradução. Estranhamos, é verdade, quando o candidato mostra ignorar expressões corriqueiras, como “jambe”, “je veux”, “mon père”, “savoir”. Achamos engraçado que êle traduza “il fallait écrire” — por — “êle falava escrevendo”; ou — “Le logis du poète

était à l'extrémité du pays" — por — "A lógica do poeta ia até a extremidade do país". Pomos em dúvida a sua afirmativa, de que é a primeira vez em sua vida, após seis anos de francês, que se defronta com a preposição "avec". Mas reconhecemos o seu direito (e o nosso também) de ignorar o equivalente português de palavras menos usuais. Alguns se revelam tradutores fieis e até com certo gôsto literário. Raros, infelizmente. A maior parte tanto se exaure na materialidade da leitura e no esforço de adivinhar a tradução de cada vocábulo, que não lhe sobra energia para entender o pensamento do autor.

Pergunta-se sempre um pouco de gramática. É das "Instruções". Após tentativas mais ambiciosas, achamos melhor nos resignar a inquirir sôbre categorias gramaticais e verbos irregulares. Quando o candidato parece forte, procuramos investigar os limites de sua fôrça. Quando quer dialogar em francês, não lhe negamos êsse prazer.

Cada candidato é examinado por um dos membros da banca; os outros ouvem e tomam notas. Ao fim, todos julgam. Registrados os resultados do exame oral, a respectiva folha é posta em envelope, que se fecha e se autentica. A transcrição das notas e a apuração final ficam a cargo dos professores.

Voltaremos a comentar os resultados. Diga-se desde já que o exame não é nem muito fácil, nem muito difícil. Os bons estudantes secundários, vindos de colégios honestos, vencem na primeira vez. Muitos desistem depois de uma tentativa (ou mesmo antes dela) e vão bater a portas mais hospitaleiras (2). Depois, no segundo ou terceiro

(2) São numerosos, cada ano, os jovens paulistas que, havendo feito o curso secundário em colégios indulgentes, fogem do nosso vestibular, procuram fora do Estado faculdades benévolas. Depois, no segundo ou terceiro ano, voltam a nós — sabe Deus com que cultura e com que hábitos de trabalho! A Faculdade de Medicina da Universidade de Porto Alegre denuncia os que, evitando o exame vestibular brasileiro, vão "passar no Uruguai", de onde retornam já acadêmicos.

ano, voltam a nós por via de transferência. E é lamentável que, por exquisita coincidência, sejam de regra maus alunos. Também há os teimosos, que insistem duas e três vezes. A um deles, na terceira vez os amigos lhe disseram: — Vá à Faculdade de X... Aqui você não passa.” Sua resposta foi patética: “— Ou aqui, ou em nenhuma!” A tenacidade venceu: — foi aqui.

II

Somos juizes moderados, os da banca de francês da Faculdade de Direito. E' verdade que a nenhuma das 172 provas escritas demos o grau máximo, dez; mas podemos assegurar que disso não nos cabe a culpa. Houve uma única nota nove: o ponto de menos correu por conta de dois erros, um dos quais grave. Houve quatro provas de nota oito, correspondendo a cada uma a média de quatro erros; e duas de nota sete, com seis erros uma, com cinco a outra. Saiba-se, entretanto, que na hora de julgar não contamos os erros, preferimos pesa-los, valendo-nos dêsse especial sentido bórico do professor, que a prática aprimora. A contagem está sendo feita “a posteriori”, por esporte. A nota que em cada disciplina aprova por si mesma, sem o apoio das de outras disciplinas, é cinco; dai para baixo (até três inclusive) é preciso tomar emprestado as sobras do português e do latim, para alçar a media do conjunto ao nivel de aprovação, que é cinco. Pois demos essa nota cinco a sete provas, e verifico, hoje, que o número de erros nelas assinalados oscila entre dez e quinze, — a média, por conseguinte, de um erro para cada duas linhas do texto traduzido. Quanto ás provas que não obtiveram senão dois, um ou zero, releio diversas neste instante, e acredito que nenhum examinador consciencioso deixará de as considerar pouco inteligiveis, disparatadas, ás vezes sem uma frase que se aproveite: numa palavra, imprestaveis. Sim; somos evidentemente juizes moderados!

Moderados como juizes, mas vigilantes como fiscaes. Procuro, inspecionando as provas, qualquer sintoma de fraude. Em vão. A turma de nenhuma sala se excedeu sensivelmente ás das outras, quer no número de boas provas, quer na média geral. Nenhum êrro de tradução se contagiou na mesma sala, de modo evidente. Tomo como “test” a expressão “en clignotant”, uma das dificuldades: postos de lado, em cada turma, os que acertaram (o caminho da verdade é um só!), os outros deram traduções absolutamente individuais, diferentes entre si. Apenas se destacou um foco de infecção, em que cinco examinandos de uma das turmas acharam, para aquella expressão francesa, o inesperado equivalente português “cuidadosamente”. De muito pouco lhes valeu o cochicho...

A distribuição final das notas, nestas 172 provas escritas, oferece uma curva estatística bastante regular. O grau mais frequente é três. Deixa-nos apreensivos, desde logo, um primeiro fato, — o da escassez de jovens de elite, do ponto de vista intelectual (se é que as notas oito e nove podem equivaler a essa presunção). Por outro lado, em nada contribui para nos tranquilizar, antes nos agrava as apreensões, êste segundo fato, — o da elevada porcentagem de notas três e inferiores a três (70 o|o). Eis, em relação ás referidas provas escritas, o resultado completo: nota zero, 2; nota um, 20; nota dois, 45; nota três, 54; nota quatro, 29; nota cinco, 27; nota seis, 8; nota sete, 2; nota oito, 4; nota nove, 1. Média geral, 3,05.

Tolere o leitor um pouco mais de estatística e ponhamos em relêvo outros indícios particularmente demonstrativos. Entre os cento e setenta e dois candidatos, 24 o|o (segundo suas provas escritas) não sabiam o que significa a palavra “paupière” (uns não traduziram, outros traduziram por “pupila”, um achou que significava “paupérrimo”); 36 o|o erraram ao traduzir a conjunção “mais” (disseram, em geral, “mais”, ou então “muito”); 38 o|o ignoravam o termo “bientôt”); 45 não entenderam o sentido da frase “il est vrai que” (pensaram que fosse “êlé é verdade, “êlé é

verdadeiro” etc.); 48 o|o traduziram mal o vocabulo “herbages”; 59 o|o mostraram desconhecer o equivalente português de “sommeil”; 74 o|o de “en clignotant” (disseram absurdos, como “em círculo”, “em surdina”, “com espanto”, “cl clinicamente” etc.); 78 o|o ignoravam a tradução de “grimaçant” (novos absurdos); 80 o|o a de “roseau” (falta de La Fontaine!); 80 o|o a de “marais”; e 91 o|o não atinaram com o significado de “ainsi qu’il arrive parfois” (geralmente traduzido por “assim que êle chega..”).

Do português da tradução não levantamos estatísticas mas colhemos algumas pérolas: “abituais”, “segantes”, “enchergar”, “flagrancia”, “peripecies”, “mal sonho” (várias vezes!), “páupebras”, “á outras”, “ensaiar de ver” etc. De “páupebras” houve mesmo uma pequena epidemia — mais de uma dezena de casos, em salas diferentes (o que exclui a hipótese de contágio de momento, e faz pensar em algum curso de repetição que esteja inovando por conta própria). Demais, seria enfadonho transcrever os defeitos de concordância ou de regência, os periodos que acabam no ar, as traições ao autor, as traições ao bom senso. Sua massa cataclismica permite attribuir a uma boa parte dessa simpática juventude, que veio até nós, um alto grau de desamor á reflexão e quase nenhum treino do senso crítico.

Exige-se, no vestibular da Faculdade, uma prova de francês (ou de inglês, ou de latim), a fim de se averiguar se o candidato passou, durante o curso secundário, por essa forma extremamente vantajosa de ginástica mental, que é a tradução. Para traduzir (todos os jovens deveriam sabê-lo) não basta procurar na lingua materna equivalentes quaisquer dos vocabulos estrangeiros e enfileirarlos sem discriminação. Ha um trabalho de escolha. Traduzir é apreender o sentido exato do texto proposto e dizê-lo, a seguir, em vernáculo, respeitando tanto quanto possível a disposição da frase original. É (adverte Fouillée) “transportar o todo, de uma lingua para outra, como o músico transporta uma ária”. Quem logre fazê-lo com alguma felicidade, demonstra que aproveitou os beneficios

daquela esplêndida ginástica. Todavia, a impressão que nos deixaram as 172 traduções neste momento em análise, é a de que quase nenhum candidato fez, no curso secundário um mínimo útil do citado exercício.

Se se inclui no vestibular a prova do conhecimento de uma lingua estrangeira, é também porque com esta lingua possuirá o futuro acadêmico a chave de ingresso para uma cultura diferente, cujo contato lhe alargará os horizontes espirituais. Quando, então, essa cultura é a francesa, que generosa colheita! que riqueza de estímulos emocionais! E não nos esqueçamos que o francês proporciona acesso a uma literatura jurídica intimamente aparentada com a nossa, e que o mestres invocam todos os dias. Mas qual! As traduções em causa nos deixam pessimistas: seus autores, em grande maioria, não adquiriram na escola secundária aquele precioso instrumento de cultura geral e profissional.

Por fim, o exame vestibular de qualquer disciplina equivale a um “test” — “test” de inteligência, de capacidade de esforço, de gosto pelo estudo, — qualidades sem as quais ninguém deveria entrar numa escola universitária. Ora, os resultados apurados deixam margem á suspeita de que falta, á maior parte dos candidatos, pelo menos uma dessas três qualidades.

Cabe agora um retrospecto. Cento e setenta e dois jovens estudaram o francês em escola secundária, com professor especializado. Ali se submeteram cada ano (vide leis, regulamentos, programas e instruções) a exercícios orais e escritos, a sabatinas, a exames parciais e a exames finais. O inspetor federal sempre ao lado. Lograram aprovação, série por série, e, após quatro anos de primeiro ciclo, receberam o certificado ginásial. Retomaram o francês no segundo ciclo, tiveram dele mais dois anos, deu-se-lhes o certificado colegial. Total de francês, seis anos. Vieram então a nós. Ao se inscreverem, as “Instruções” lhes facultaram optar entre o francês e o inglês, e os que preferiram o primeiro, foi sem duvida

porque viram nele o seu forte. Pois bem: desses cento e setenta e dois jovens, somente vinte dois, isto é, cerca de 12%, conseguem, após uma hora de esforço, entender e traduzir vinte e quatro linhas de um romance de Loti (alguns, ainda assim, cometendo um erro em cada duas linhas). Os outros, a enorme maioria, 88%, nada ou pouco fazem que se aproveite. Ontem, no colégio, eram aprovados; hoje, na escrita do vestibular, são reprovados. Em relação a sessenta e sete desses reprovados — os de nota zero, um e dois — o fato assume gravidade excepcional: o colégio lhes forneceu certificado de conhecimento de francês, mas a prova escrita do vestibular demonstra que êsse conhecimento é nulo.

Estaremos, com as vinte e quatro linhas de tradução, exigindo o impossível? Será interessante um inquérito entre os professores. Minha experiência profissional (ensino de francês em escola normal, 1911 a 1915), me diz que não; e docentes atuais da disciplina pensam de igual modo. Demais, ainda agora houve, entre os candidatos, vinte e dois casos de êxito. Possuirão êstes vencedores inteligência muito superior á de seus companheiros? Não foi o que me pareceu, em face da vivacidade revelada na prova oral por muitos dos vencidos. Terão todos eles frequentado cursos particulares? Alguns, pelo menos, não o fizeram. Estarão os melhores licenciados colegiais desertando o curso juridico? Vale a pena averiguar a hipótese, se bem que fale contra ela, desde já, a alta proporção de reprovados nos demais cursos superiores.

O mal não é privativo do ensino de francês, nem privilégio dos que se destinam ás Faculdades de Direito. Existem, todos nós o sentimos, defeitos graves, gerais, na escola secundária brasileira. A exuberância do currículo (só linguas, cinco!) e a hipertrofia dos programas estão entre os piores. Assinalam-se também vícios individuais, pois em contraste com os estabelecimentos que ensinam, há os que decididamente não ensinam. Sofremos crise de professores secundários, agravada cada ano, á medida que,

pelo aumento intempestivo da rēde escolar, improvisamos maior número deles. Nem sempre os institutos de ensino superior dão aos exames vestibulares a devida importância (o rigor é descontínuo ouve-se falar de brechas tremendas no sistema). Por isso, há quem pregue a filosofia da displicência: “Porque impedir aqui, se acolá eles passam?”

São praticamente incontáveis os fatores da doença. A forma de localizar e combater alguns dēsses fatores. — eis o objeto do proximo e último artigo.

III

De tudo quanto apuramos em relação aos exames vestibulares de 1949, na Faculdade de Direito, o que mais impressiona é o fato de ter havido dezenas de licenciados colegiais cujas provas escritas foram nulas, ou quase nulas, pois não puderam obter nota superior a dois. Os resultados de português são relativamente benignos: em 400 candidatos, apenas 25 (isto é, 6 por cento) malograram por essa forma. Os de inglês se revelam um pouco piores: 205 candidatos, 26 provas de nota dois, um ou zero (12 por cento). Mas as proporções em referência ao francês e ao latim são alarmantes: para o francês, num total de 172 provas, aparecem 67 notas dois ou inferiores (39 por cento); para o latim, num total de 400 provas, há 267 nas mesmas condições (66 por cento). Notícias que ouvimos, de outros institutos, mostra que neles aconteceu coisa semelhante, senão mais grave. É o caso, por exemplo, da Escola Paulista de Medicina (instituição livre): compareceram aos exames escritos, em primeira chamada, 356 candidatos; foram aprovados 66; foram reprovados ou desistiram 290. Dēstes 290, alcançaram nota dois, um ou zero: em física, 230 (64 por cento das provas escritas); em química, 171 (48 por cento); em biologia, 109 (30 por cento).

Insistamos. Alunos de segundo ciclo secundário se submetem, nos respectivos colégios, a exame final de certas disciplinas. São aprovados. Pouco tempo depois (dois meses, um ano, raramente mais), comparecem perante uma escola superior, onde prestam exame vestibular da mesma disciplina, dentro do mesmo programa secundário. São reprovados. E reprovados, muitos deles, por uma forma que dificilmente deixa lugar a dúvida: isto é, mediante notas indicativas de que a sua preparação se evidenciou nula. Os professores da escola secundária afirmaram ontem: “ — Eles sabem.” Os da escola superior declaram hoje: “ — Não; não sabem.” A divergência é fundamental, e como ocorre, não meia dúzia de vezes, mas em centenas, provávelmente em milhares de casos, sentimos que estão em jôgo os créditos dos julgadores e os méritos dos processos de julgar; que está em causa a harmonia funcional do aparelho escolar. Alguma coisa anda fora dos eixos. O ensino do colégio? As suas provas finais? O exame vestibular? A articulação entre o sistema secundário e o superior? Sejam quais forem as desconfianças de cada um de nós (e quem é que as não tem?), impõe-se investigar.

Sim ; por que não agir? Por que não passar da fase de clamor à de estudo, e desta à de tratamento? Ainda que a medicação se enderece apenas a êsse desagradável sintoma intermitente, que é o fiasco dos exames vestibulares, não podemos cruzar os braços. Sei que já se fazem em São Paulo algumas indagações; mas acho pouco (3). O Ministério da Educação precisa reivindicar o papel de instigador e coordenador de uma pesquisa de larga envergadura, para cujo êxito as administrações estaduais, as universidades e as organizações particulares de escolas e professôres aceitarão, sem dúvida, colaborar.

(3) Logo que iniciei a publicação dêstes artigos, a Reitoria da Universidade encarregou a doutora Celeste de Andrade de proceder ao estudo do assunto. Iniciaram-se apurações, que estavam

Os objetivos imediatos do inquérito devem, segundo entendemos, consistir no seguinte: 1.º) estudo dos temas propostos nos exames vestibular dêste ano, e seu confronto com os programas do segundo ciclo secundário; 2.º) análise, em cada instituto de ensino superior, das provas escritas de nota baixa, para a avaliação do grau de severidade com que foram julgadas (não se trata, evidentemente, de “revisão de provas”, nem se pode cogitar de mudança de notas); 3.º) colheita de dados sôbre o passado escolar dos candidatos que tiveram tais notas, investigando-se a respeito do aproveitamento de cada um, ano por ano, no curso secundário; 4.º) entrevista com os professores de segundo ciclo dos candidatos infelizes, a propósito dos seus métodos de ensino, dos seus processos de verificação dos resultados, da explicação que sugerem para a reprovação dos alunos; 5.º) visita aos colégios de onde provieram os maus candidatos, ouvindo-se os respectivos diretores.

Semelhante indagação, sendo bem conduzida, há de proporcionar conclusões aproveitáveis, principalmente se todos os convocados se dispuserem a cooperar. Não podemos prover, uma a uma, as conclusões; mas é lícito conjecturar. Primeira hipótese: as questões foram exageradamente difíceis. Fato que tem sucedido em casos particulares, quando, por exemplo, intervêm no vestibular examinadores bisonhos, ou destituídos de senso de proporções, ou que professam idéias muito suas a respeito do que seja cultura geral. Segunda hipótese: os critérios de julgamento foram severos em demasia. Coisa que também ocorre algumas vezes, pois, na opinião de certos examinadores, uma crase infeliz, ou um êrro de cálculo, ou o desconhecimento de determinada particularidade geográfica, inutiliza o candidato. Terceira hipótese: tudo visto e ponderado, não há outra saída, — o candidato não sabia

mostrando claramente a procedência da maioria dos maus candidatos. Infelizmente, o regresso da doutora Celeste de Andrade para os Estados Unidos interrompeu o estudo.

mesmo... Esforço-me por não prejudicar; mas, dada a generalidade da catástrofe, suponho que venha a ser esta, enfim, a conclusão dominante. Admitamos que seja. Impor-se-á, então, prosseguir no exame do mal e achar-lhe a causa. Apresenta o candidato o certificado colegial da disciplina? Às vezes, não: conhecem-se moços que frequentaram o curso científico, sem latim; que estudaram essa língua depois, durante alguns meses, num “cursinho” (4), e que com a minguada bagagem alí assimilada vieram pescar o exame. Se, porém, o candidato apresentar o certificado, há-de se indagar a forma por que obteve êsse documento, que não corresponde ao grau de seus conhecimentos. Fraude nos exames do colégio? Displícência ou incapacidade do professor? Excesso de benevolência? Ou tudo isso reunido? De qualquer modo, através de semelhante inquérito ficará esclarecido se as fontes dos certificados mentirosos estão disseminadas pelos colégios em geral (o que, aliás, será muito grave, mas improvável), ou se, ao contrário, se localizam em determinados estabelecimentos.

Poder-se-á pensar em aplicar sansões radicais. Julgo, todavia, mais exequível, mais “brasileiro”, e por isso mesmo mais eficaz o uso de medidas brandas, sobretudo profiláticas. Apurado que certo colégio concede usualmente, ou em proporção injustificável, certificados finais a alunos de preparação nula, o poder competente, enquanto aguarda reformas de caráter mais amplo, determinará que o estabelecimento fique sujeito a um regime de exceção. Seus exames principais — o de admissão (que é por onde a indulgência principia) e os de licença — passarão a ser

(4) Os “cursinhos” são cursos particulares destinados ao preparo de candidatos aos exames vestibulares. Estudo intensivo (“chauffage”, diriam os franceses) exclusivamente das disciplinas de tais exames. Frequentam-no sobretudo os alunos da última série do segundo ciclo secundário, os quais, a fim de que as exigências dêste não perturbem as obrigações do “cursinho”, se transferem previamente para colégios benévolos.

efetuados por banca oficial, e isto durante um periodo mínimo de dois ou três anos, até que pareça que as condições da casa melhoraram. Desde que não é possível por em prática, de maneira geral, o exame de Estado, adotêmo-lo ao menos em relação aos colégios de critério inseguro. Esta medida, cuja aplicação decorrerá, automaticamente, de verificações objetivas, deverá alcançar todos os estabelecimentos fornecedores de certificados infiéis, — os grandes e os pequenos, os particulares e os oficiais, — sem exceção.

Por outro lado, devemos fazer frente única contra a filosofia do mínimo esforço, vigente nas escolas. Era Tomás Edison, se não me engano, quem assinalava as enormes canseiras procuradas pelo homem, com o fito de aliviar-se do trabalho de pensar. Quanto à juventude acadêmica, não é pena que se desperdice a maior parte do seu inegável engenho, e até de suas fôrças físicas, no sentido de confirmar o depoimento do famoso inventor? “ — Os nossos direitos!” — dizem repetidamente as assembléias e proclamações estudantis. Traduza-se: suspensão de aulas, abolição de frequência, redução nas médias de aprovação, novas chamadas para os reprovados, promoção por decreto. Isto é, o direito de deixar em paz a inteligência.

O exame vestibular constitui ensejo ideal para que as congregações universitárias brasileiras afirmem, concretamente, o seu propósito de elevar o nível e intensificar o ritmo da atividade intelectual da juventude. Se à entrada de tôdas as escolas (de tôdas, repito: das oficiais como das particulares) se mobilizar um sistema de provas eficientes e honestas, destinadas à seleção dos candidatos; um sistema que permita reconhecer aptidões e cultura, capacidade de expressão e de esforço, os jovens colegiais acabarão por convencer-se de que, em seu próprio benefício, o melhor emprêgo que podem dar ao tempo é o estudo. Serão êles, desde aí (êles e suas famílias) os primeiros a reclamar contra a escola secundária benévola,

a repudiar os professôres e diretores “camaradas”, e a preferir os que ensinam e exigem.

Quando êsse dia vier, desaparecerá o calamitoso contraste entre a afirmação positiva dos certificados colegiais e a verificação negativa dos exames vestibulares. Do mesmo passo, a fisionomia da vida estudantil sofrerá radicais alterações, pois a mocidade escolar, em vez de consumir-se em agitações estéreis na defesa dos seus “direitos”, encaminhará para o estudo e as produções intellectuais as suas explêndidas reservas de energia.